

GAZETA LITERÁRIA (1761-62)

— reflexos e sombras de um jornal das «Luzes»

por **Joaquim Fernandes***

INTRODUÇÃO

A vida efémera da «Gazeta Literária» (1761-1762) foi o ponto de partida para um conjunto de reflexões: a leitura das suas páginas suscitam dúvidas, pistas e informações plurais, numa soma de ambiguidades próprias de qualquer época de grandes sobressaltos culturais e políticos. As observações que aqui procuramos recensear visaram esclarecer, se possível, três grandes áreas de questões: a posição de «intelligentzia» portuguesa perante a torrente de propostas de inovação científica de meados do século XVIII; o quadro de adesão de potenciais leitores e respectiva representatividade em termos sociais coevos; a especificidade da publicação periódica perante o programa de política cultural do poder vigente — o despotismo josefino-pombalino — procurando aferir afinidades da mensagem publicada com as estratégicas desses mesmos «tutores de boa vontade», no dizer de Kant.

Para o primeiro grupo de questões começámos por investigar as personalidades do único redactor da «Gazeta», Francisco Bernardo de Lima e do seu patrono ou protector, João de Almada e Mello; agrupámos

* Licenciado em História; jornalista.

áreas de conhecimento, ou disciplinas, abordadas na publicação e respectivas origens geográficas. Na segunda ordem de preocupações buscámos o esboço de um universo sociológico dos leitores enquanto assinantes do periódico, na tipificação do chamado «Antigo Regime», classificando-os por critérios de natureza socio-profissional contidos na listagem que a publicação, ela mesma, inseriu em 1761. À terceira interrogação procuramos responder instituindo, como referentes, os pontos capitais da legislação pombalina no tocante à reforma universitária, elegendo também como contraponto a obra de Luis António Verney, «O verdadeiro método de estudar». O presente texto constitui uma súpula de um trabalho mais vasto, feito no âmbito curricular da Faculdade de Letras do Porto.

O século XVIII torna-se numa vitrina prolífera de gazetas, jornais e livros que amplificaram, em novos territórios, as sementes de transformações bem conhecidas. Daí, as reuniões científicas onde se analisam todas estas produções periódicas¹. Não é difícil conjecturar acerca da importância das gazetas literárias e científicas na formação daquilo que hoje se chama «opinião pública».

A «Gazeta Literária» surge na prática jornalística portuguesa como algo diverso dos seus antecessores. O projecto corresponde, com mais de meio século de atraso, à busca de um meio de comunicação cosmopolita que «fosse verdadeiramente europeu», como assinala Paul Hazard.

Este fluxo heterodoxo vai incorporar um crescente dinamismo da leitura, da troca epistolar e da comunicação académica entre sociedades eruditas europeias. Os dirigentes políticos não perdem tempo: «Os escritores contratados tinham como tarefa dar aos príncipes da Alemanha as primícias dos produtos de Paris», enquanto «os jornais eram invadidos pela apreciação dos livros de além mar («Biblioteca Inglesa», «Biblioteca Germânica», «Jornal Estrangeiro», etc.), e outros ainda, no título, invocam o seu carácter europeu: «A Europa erudita», «Biblioteca Universale o gran giornale d'Europa», «Correo general historico, literario y economico de la Europa»².

¹ Cf. os estudos de Roger Chartier e Daniel Roche, p. ex., sobre esta problemática apresentados sob os auspícios da SIEDE — Sociedade Internacional de Estudos sobre o século XVIII — desde 1963. No presente caso seguimos o inventário do periódico portuense feito por Giuseppe Carlo Rossi, «La Gazeta Literaria del Padre Francisco Bernardo de Lima (1761-1762)», Nápoles, Instituto Universitario Orientale, 1963.

² Hazard, Paul, «O pensamento europeu no século XVIII», Lisboa, Editorial Presença, 1983, pág. 403.

No repertório destes jornais as traduções aportam as novidades, outros modos de ser, de pensar. Mas também uma grande soma de equívocos, como sublinha o mesmo autor: «Traduções onde se inscreve, em contrasensos, em enormidades, a ignorância dos intrépidos que não conheciam nem a língua estrangeira nem a sua...»³. Todavia, é por esses novos acessos, ainda que incipientes e de alcance reduzido em termos sociais, que «por intermédio da França, os italianos, os espanhóis, os portugueses e, pelo menos, até meio do século, os alemães, conheceram a literatura inglesa»⁴.

Desta acção dos publicistas, sob orientação dos poderes constituídos, ou interpostos patronos, ou ainda de discretos grupos de pressão — para usar uma terminologia actual — resulta um evidente «feedback» da informação emitida regularmente pelos vários quadrantes europeus. Neste sumário retrato da imprensa das «Luzes», importa reter que uma «opinião pública» era já tributária das gazetas e periódicos de matizes vários, como veremos no caso da «Gazeta Literária». Certamente norteadas por intenções polemistas, com a sua dose de diletantismo e academismo de «capela», as intervenções dos seus leitores correspondem, em paralelo, à relativamente estreita faixa social que acedia a este género de comunicação.

1. A publicação

1.1. *O Redactor e o Patrono*

A produção integral da «Gazeta Literária» ficou a dever-se a um único redactor: Francisco Bernardo de Lima, cónego secular de S. João Evangelista, nascido na cidade do Porto em 1727 e falecido em 1764, segundo a «Biblioteca Cirúrgica», ou em 1770 conforme a «Descrição do Porto», de Agostinho Rebelo da Costa. De acordo com Inocêncio da Silva, «a maneira por que são redigidas (as «Gazetas») dá claro testemunho da universalidade de conhecimentos e erudição do autor. Contém, afora outros artigos, muitos juízos críticos e bem ajustados de várias obras portuguesas saídas por aquele tempo»⁵.

³ Ibidem, pág. 403.

⁴ Ibidem, pág. 412.

⁵ Silva, Inocêncio Francisco da, «Dicionário Bibliográfico Português», Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, Tomo II, pág. 352-353.

Algo mais nos diz Manuel de Sá Matos, «familiar do Santo Ofício, cirurgião-mor de Infantaria, partidista da Câmara e saúde pública», do Porto, quando biografava Bernardo de Lima e o define como «sábio que, professando muito mais elevado hábito do que o de médico, anatómico ou cirúrgico, honrou positivamente estas artes de uma maneira pouco exemplar»⁶.

Temos, pois, um membro do clero que recebia rasgados encómios pela sua estatura de sábio ao apoiar a emancipação dos cirurgiões da sua pátria. Exclusiva dedicação às ciências do corpo? Parece que não. Na opinião de José Manuel Tengarrinha, o redactor da «G. L.» (passaremos a designar o periódico pela abreviatura) destaca-se por ser considerado «o primeiro folhetinista e primeiro crítico teatral português»⁷.

Não será motivo de espanto algum a iniciativa de Bernardo de Lima, numa tarefa que à sociedade laica portuguesa seria mais difícil de empreender. Isto porque, conforme observa Norman Hampson, «o clero, sobretudo na Europa católica, desempenha um papel intelectual quase tão importante como o da nobreza já que a sua receptividade às novas ideias é maior do que se pensa»⁸.

Associado à figura do redactor aparece-nos com evidente destaque gráfico no «rostro» do primeiro número da «G.L.» — na proporção do «corpo» do título principal! — o nome de João de Almada e Mello. Esta personagem, ao tempo, acumulava diversos cargos militares de responsabilidade: «sargento-mor de batalha, governador-general da província e da cidade do Porto, do seu partido e de toda a marinha da Beira Baixa, brigadeiro do exército de Sua Magestade». Sabe-se que faleceu no Porto em 16 de Outubro de 1786 e por sua iniciativa se deve a introdução do teatro lírico no burgo portuense, no velho edifício do Corpo de Guarda, inaugurado a 15 de Maio de 1762 com a ópera «Il Transcurrato», atribuída a Pergholese.

Posta nestes termos, clássicos e grandiloquentes, a gratidão da sua memória, entende-se que este mecenas militar, cativado pelas «Ciências e Belas Artes», fosse o protector escolhido para o lançamento e continuidade da nova publicação. Num relance pela «Dedicatória» de

⁶ Mattos, Manuel de Sá, «Bibliotheca Elementar Chirurgico-Anatómica», Porto, oficina de António Alvarez Ribeiro, 1788, pág. 145-147.

⁷ In D. H. P., dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, tomo III, pág. 248.

⁸ Hampson, Norman, «Histoire de la pensée européenne. Tomo 4. Le siècle des Lumieres», Paris, Editions du Seuil, 1972, pág. 113.

Bernardo de Lima a João de Almada e Mello obtém-se a justificação: «A nobreza de elevada ascendência de V. Excelência, o luzimento dos seus brilhantes títulos, a gloriosa eleição que dos seus talentos fez um *Rei iluminado* para o êxito de empresas críticas e difíceis, condecoram e não menos honram esta Obra, conseguindo ela aos olhos populares uma *protecção* famosa e segura» (sublinhados nossos)⁹. A cortesia do redactor é total, aliás, quando se subscreve, na mesma «Dedicatória», «o mais obsequioso e reverente criado, Francisco Bernardo de Lima».

1.2. *Modelo gráfico e programa editorial-cultural*

Para Silva Pereira, «a «G.L.» foi o periódico que verdadeiramente iniciou o *jornalismo literário* em Portugal», após as tentativas de «O Anónimo» e o «Oculto Instruído», tendo recebido os elogios de Camilo Castelo Branco¹⁰.

No plano gráfico, os espécimes constituem um produto melhorado em relação aos seus predecessores, seguindo o natural refinamento da técnica: melhor correcção de provas, caracteres mais nítidos, formatos mais cómodos; entre o formato minúsculo dos libelos e o in-folio que não se consegue manusear o in-octavo e in-quarto são o autêntico livro moderno», tais as virtudes assinaladas por Pierre Chaunu, o qual indica a fase de 1720-40 como típica deste progresso¹¹.

A «*Gazeta Literária*» ou *notícia exacta dos principais escritos modernos, conforme a análise que deles fazem os melhores críticos e diaristas da Europa*» assume já essa actualização gráfica correspondente à afirmação do livro estandardizado. Os dois volumes da publicação, relativos a 1761 e 1762 foram editados no formato *in-quarto*.

O «rosto» destas edições mensais é simplificado: omite-se a referência ao protector João de Almada e Mello — embora fazendo-se dele menção na «Dedicatória» de Janeiro de 1762 — mantendo-se, como subtítulo, no genérico, a frase «*ou notícia exacta dos principais escritos modernos*».

O periódico dirigido por Bernardo de Lima começou por ser impresso, em 1761, no Porto, na oficina de Francisco Mendes Lima e,

⁹ «Gazeta Literária», Janeiro 1762.

¹⁰ «Verbo» — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, 1969, vol. IX, pág. 272-273.

¹¹ Chaunu, Pierre, «A Civilização da Europa das Luzes», Lisboa, Editorial Estampa, 1985, vol. I, pág. 231.

no ano seguinte, passou para o prelo de Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues («impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca»). Esta opção tanto poderá significar dificuldades de edição no burgo portuense, ou procura de aprovação ao mais alto nível religioso. Ou ambas as coisas.

O certo é que, com obstáculos ou sem eles, a distribuição da gazeta melhora bastante, no tocante a postos de venda, de um ano para o outro. O que nos parece sintomático do ponto de vista de aceitação social na venda directa. Em 1761, Bernardo de Lima dispõe de três postos distribuidores, um em cada das cidades de Porto, Lisboa e Coimbra. No ano seguinte, o periódico já pode ser encontrado em quatro postos em Lisboa, três no Porto — dois na rua das Flores e um na rua dos Mercadores — e um em Coimbra.

Na ausência de uma «lei de Imprensa», equivalente à dos nossos dias, a autorização «administrativa» do conteúdo da publicação era regulada pela concessão das habituais e conhecidas «licenças». Três, no total: do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, esta última curiosamente concedida com o parecer do abade Diogo Barbosa Machado, da Academia Real, que observa (4/6/1761): «o Autor desta obra é merecedor de aplauso universal pela defesa que faz dos nossos autores, acusados pela petulante mordacidade de alguns modernos Aristarcos». Aduz o mesmo clérigo tratar-se do «primeiro que neste género de estudos saiu em Portugal» sendo o autor «igualmente perito nas línguas mais polidas da Europa».

Aparentemente, pois, o projecto do periódico granjeava, à partida, as graças das élites governativas quer na vertente civil quer na religiosa. Reconhece J. M. Tengarrinha que «durante quase todo o século XVIII a influência da imprensa é ainda muito restricta (...) «tendo-se tornado um «mero instrumento dócil ao serviço dos poderes constituídos ou, pelo menos, não os hostilizando», resultando numa escassa influência ou capacidade de intervenção, ao invés do que ocorria em países como a Inglaterra, Países Baixos ou França. É aliás, o período em análise — a segunda metade do século XVII — que é definido como o «mais pobre» no tocante à imprensa periódica, mormente na administração de D. José (1750-1777) durante a qual apenas se criaram 10 ou 11 jornais (entre os 37 fundados neste século) que pouca influência tiveram»¹².

A não hostilidade inicial, e mesmo colaboração com o Poder temporal e espiritual dominante, através de interposto protector, — espécie

¹² D. H. P., tomo III, artigo «Imprensa», *passim*.

de caução — sintetiza, desde logo, um programa — por necessidade ou convicção — enunciado por Bernardo de Lima nas páginas da «G. L.». São objectivos que transparecem, sem rodeios, no «Discurso preliminar» do n.º 1, de Julho de 1761, contando para tal com «a racional tolerância dos soberanos e governos sábios a respeito de todo o género de produções literárias, *as que não tendem a destruir os dogmas e máximas estabelecidas da Religião e do Estado* (sublinhado nosso) para o que requer igualmente «o patrocínio e o favor dos grandes reis para os homens sábios» num momento em que «aparecem novos descobrimentos nas ciências e artes de pura utilidade», e nas «de gosto pretende-se emular as inimitáveis belezas da antiga Grécia e Roma».

Com estes pressupostos editoriais, Bernardo de Lima apostava fazer «utilmente estudiosa aquela classe de povo que geralmente nos países menos civilizados se condenam a uma total ignorância por falta de livros adaptados à sua compreensão», insistindo ainda no «conhecimento perfeito das línguas em que estão escritas as diferentes obras».

Evidentemente que o estímulo e razão de ser deste projecto são oriundos de toda uma agitação que abala a Europa, via academias, sociedades mais ou menos discretas ou indiscretas — a alegada filiação maçónica de Pombal é assunto que tem apaixonado «fiéis» e «descrentes»¹³ — enquanto Portugal jazia adormecido, de costas voltadas para o movimento geral do pensamento.

Como avaliar o peso específico do perfil editorial exposto por Bernardo de Lima e os consequentes conteúdos preferenciais? Quando o redactor fala em «gosto pelas artes e ciências que neste século se tem felizmente propagado por todas as nações civilizadas (que) produz tal variedade de novas ideias (...) qual o nível de identificação com o cenário global dos luminares das «Luzes», quer na sua apropriação político/institucional, quer na configuração dos «philosophes» enciclopedistas? Em que corrente(s) navega Bernardo de Lima e quais os vectores que orientam, na essência, o seu discurso editorial ao longo de um ano de edições?

Optámos por uma tentativa de elucidação do que chamamos «valores ou unidades de sentido» contidos no já citado «Discurso

¹³ Oliveira Marques, A. H. de, «Ensaio de Maçonaria», Lisboa, Quetzal Editores, 1988, pág. 18-19. Este autor e João J. Alves Dias sustentam, por outro lado, a filiação de Pombal na Maçonaria, tese contestada, entre outros, por José A. Ferrer Benimeli, da Universidade de Saragoça (cf. *Pombal revisitado*, Lisboa, Editorial Estampa, 1948, vol. I, pág. 61-95).

preliminar do periódico. A metodologia ensaiada, com todos os riscos e limites de uma tentativa deste tipo, consistiu na observação e análise de 228 vocábulos que pudessem materializar pistas de estrita definição, i.e., conceitos operatórios que orientam uma visão do mundo. Trata-se daquilo a que Lucien Febvre designou por «utensilagem mental» («Le probleme de l'incroyance...»), noções e representações comuns, modelos educativos e os comportamentos geralmente designados pela expressão «géneros de vida». De acordo com o mesmo autor, a análise das utensilagens mentais pressupõe uma exploração das linguagens e, em primeiro lugar, vocabulário¹⁴.

Nessa tentativa de descodificação, ou «grelha» dos «valores ou unidades de sentido», agrupámos os 228 vocábulos referidos em sete grandes grupos, procurando afinidades e complementaridades, quer semânticas quer ideológicas. Composto esse glossário referencial distribuímo-lo pelas seguintes «unidades de sentido»: *estético-filosófico*; *literário-ético*; *político-social*; *moral-social*; *epistemológico*; *científico-artístico*. Observando o gráfico 1 reparar-se-á no equilíbrio percentual (com 51 vocábulos) dos grupos *literários-ético* — noções de «república das Letras», «homens sábios», «bibliotecas» etc. — e *estético-filosófico* — noções de «bom gosto», «juízo crítico», «razão sólida», etc. Ao invés, o menos conotado é o *moral-social* onde as noções de «civilizar», «liberdade», «humanidade», etc., não abundam. No confronto, perdem ainda peso relativo as opções *científico-artístico* («artes e ciências», «enciclopédico», «belas-artes»), *técnico-literário* («notícias», «obras periódicas», «volumes») *político-social* (soberanos», «classe de povo», «estado»), *epistemológico* («dogmas», «novos pensamentos», «regras»).

Correndo o risco de subjectividade entendemos mesmo assim que esta «dissecação» do «Discurso preliminar» não será despicienda: as diferentes vertentes de oração de Bernardo de Lima não deverão ser avaliadas isoladamente como à primeira vista poderíamos indiciar. A ênfase nos valores intelectuais, éticos, estéticos, etc., não significam opções exclusivistas na selecção das matérias abordadas na publicação. Antes preenchem um discurso editorial que, se não abandona os elementos formais de cariz neo-clássico, não deixa de admitir e dar «luz pública» às novas pistas do experimentalismo, essencialmente em ciências naturais e medicina.

Bernardo de Lima deixa transparecer nas suas proposições um programa sincrético e eclético, cuja nota mais evidente parece ser um

¹⁴ Mandrou, R., «A história das mentalidades», in *História e historicidade*, Lisboa, Grádiva, 1988, pág. 67-75.

indecifrável distanciamento, ou omissão, das áreas de inovação/reflexão filosófica no que concerne à construção epistemológica e na sua separação da metafísica. Do mesmo modo, o redactor da gazeta não se afirma como um filósofo social «militante» à laia de um Voltaire ou Diderot, mas tal não invalida que o não possamos ver dotado de preocupações típicas do século da «Enciclopédia»: a ambição de uma reflexão global. No essencial, o conteúdo programático da «G. L.» não está longe do modelo educativo perfilhado pelo reformismo pombalino, instituído em 1759, ou seja, dois anos antes do lançamento da publicação. No exterior do seu comprometimento político-religioso o plano de Bernardo Lima transporta motivações reformadoras que bastem, mormente no plano da observação nas ciências naturais, primado da razão, promoção das «novas virtudes», por exemplo, conquanto se mantenha firme na manutenção dos dogmas balizadores, não permitindo hostilização nas páginas periódicas.

Dois exemplos apenas ilustram esta reverência face ao sistema vigente. O primeiro, na notícia do acto público de ensino do Grego, ocorrido no Porto, no colégio de São Lourenço, em 20 de Agosto de 1761, acontecimento esse que, para o redactor, é «uma espécie de milagre devido ao Rei Nosso Senhor cujo reinado há-de ser comparado pelos vindouros aos de Augusto e Luis XIV». O segundo testemunho colhemo-lo na ampla «reportagem» da assembleia pública da Academia Real de Cirurgia do Porto durante a qual o orador inaugural, Manuel Gomes de Lima refere o «poderoso auxílio do seu augusto Protector com o favor do seu preclaríssimo Mecenas, o sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, ministro e secretário de Estado «nos progressos da academia ainda nascente (Agosto de 1761)¹⁵. O mesmo ocorre com outros guias inspiradores do despotismo, casos de Frederico II e Pedro, o Grande por diversas vezes referidos nas páginas da «G. L.» com exaltação encomiástica.

Mas o futuro é feito de rupturas, sobressaltos e aquilo que constituía a profissão de fé nos propósitos de Bernardo de Lima transformar-se-ia numa confissão desencantada, quase em surdina, ao manifestar-se contra a censura prévia das obras literárias.

¹⁵ «G. L.», 1761, pág. 283-304, *passim*.

2. Os leitores: *universo sociológico*

Após o enunciado do modelo externo e interno da «G. L.» interessará identificar quem procurava e usufruía das informações nela contidas e em que medida se poderá reconstituir o universo leitor do periódico. Logo no número 1 do volume de 1762 encontramos uma oportuna listagem de assinantes da publicação, condição inovadora que revela o crescente grau de adesão à leitura por parte de grupos sociais mais atentos e cultos. O leitor-assinante surge como figura integrante desta tipologia de periódicos, um hábito que se iria repetir entre nós, mais tarde, por exemplo com o «Jornal Enciclopédico» (Lisboa, 1788-93). Assume este tipo de leitor uma quase militância no suporte e garantia de continuidade da publicação, como ocorre no caso da «G. L.» cujas assinaturas podiam ser feitas nos locais de venda já enunciados.

A identificação dos assinantes da referida lista — 197 no total — deixa de fora apenas «dois anónimos». Dos restantes 197 dispomos dos respectivos nomes e qualificação sócio-económico, à excepção de 11 não discriminados quanto ao seu estatuto.

Face aos dados disponíveis distribuámos os assinantes por quatro grandes «classes» ou extractos típicos do «Antigo Regime»: o *Clero* — secular, regular, hierarquia, ordens religiosas —; a *Nobreza* — aristocracia de sangue, nobilitados, fidalgos de corte ou funcionários régios; os *Letrados* — lentes, médicos, advogados; a *Burguesia* — comerciantes e não nomeados ou indiscriminados com a aposição do termo «Sr».

O gráfico 2 representa esse universo de leitores-assinantes, dos quais 170 são nacionais (86,3%) e 27 estrangeiros (13,7%): em termos numéricos decrescentes o destaque vai para a Burguesia (83), seguido do Clero (40), da Nobreza (38) e dos Letrados (36). Este escalonamento merece algumas observações: a participação maioritária dos chamados «fidalgos da Casa Real» no grupo da *Nobreza* — o que confirmaria uma certa sintonia com o modelo político-cultural preconizado e interpretado pelas élites intermédias da administração do Estado absolutista — destacando-se ainda as figuras do Cônsul de França e fidalgos ao serviço do Rei Cristianíssimo, do visconde de Vila Nova de Cerveira, do filho do marquês de Marialva e de bastantes titulados «cavaleiros da Ordem de Cristo»; por outro lado, no grupo da *Burguesia* estão incluídos quase todos os estrangeiros, à excepção de quatro titulares de assinaturas. Em função dos nomes registados parece-nos não ser difícil de concluir que os cidadãos britânicos são claramente dominantes neste painel: James Archbold, Edwards William Allen, John Lewin of Leicester, Richard Tremlet of Exon — assíduo correspondente de Bernardo de Lima —, Thomas Statford, entre outros, seriam na sua generalidade elementos da

crescente comunidade inglesa investida em funções comerciais relacionadas, fundamentalmente, com o vinho do Porto. Relativamente aos portugueses apenas dois deste grupo são identificados como «homem de negócio do Porto» e um «secretário da Companhia do Alto Douro».

— a predominância de médicos (7) no grupo dos *Letrados*, juntamente com alguns lentes (Teologia, Moral e Leis) da Universidade de Coimbra e dos colégios da mesma cidade, magistrados e docentes de línguas clássicas. Nominalmente, colhemos o nome de Luís António Roberto Correia Garção, suposto familiar do árcade.

— a pluridade de representantes das diferentes ordens e congregações religiosas é algo que vai ao encontro do que se disse sobre a integração e protagonismo destas instituições clericais no movimento da época. Veja-se: no cômputo 15 assinantes são membros de ordens seculares com destaque para os Jerónimos (3), Beneditinos (2), Evangelistas (3) — de B. de Lima —, Dominicanos (3), da Santíssima Trindade (2), Franciscanos (1) e de Jesuítas (1), este último o conhecido Frei Manuel do Cenáculo e ainda Manuel Marques de Azevedo, presidente da Inquisição de Goa...

Ainda como curiosidade, anote-se que a listagem refere, com asterisco, a indicação dos subscritores que contribuem para além do montante da assinatura: num total de 90 «militantes», 26 dos 27 estrangeiros — quase 100% — revelam-se sobremodo generosos, ao passo que os nacionais nessas condições se reduzem a 64 (37,6%).

O que parece ter acontecido no Porto, assumindo-se como centro comercial exportador e dinamizador de uma burguesia mercantil activa, não será desajustado do que se passa no exterior em metrópoles dotadas de grandes portos «centros culturais e intelectuais» — casos dos Países Baixos, Grã-Bretanha, França, Alemanha do Norte — onde «encontramos um corpo de ricos negociantes, activos e evoluído», o qual não tem pejo em se encontrar nas lojas maçónicas, por exemplo, com «nobres provinciais, alto clero, profissões liberais, agentes reais e gente mais modesta», como lembra Norman Hampson¹⁶. Não vemos quadro mais unânime quando fazemos o corte «estratigráfico» do universo dos leitores da «G. L.». E se este espectro não significa, necessariamente, a existência de uma «sucursal» no Porto dessa internacional de pensamento universalista, não deixa de ser razoável que se intue estarem criadas todas as condições para a existência dessa «sensibilidade» num tempo em que, segundo Oliveira Marques, os poderes «fecham os olhos à

¹⁶ Hampson, Norman, op. cit., pág. 119.

expansão da Maçonaria: a presença inglesa e dos militares em redor do Conde de Lippe constituem, para o referido historiador, fortes suspeitas para esse desenvolvimento do associativismo maçónico¹⁷.

Esta representatividade social, transcrita do grupo de assinantes da gazeta, traduz modos de adesão a ideias, pela leitura e colóquio, que atravessam horizontalmente o corpo social, por certo o mais informado, economicamente capaz e interventivo na administração. Como salienta J. Borges de Macedo, a imobilidade e o dinamismo no seio de grupos da área militar, do funcionalismo, da intelectualidade e da nobreza provincial é um fenómeno que se acentua, a partir de 1730, sob o impulso de Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeadamente com o reforço das estruturas castrenses.

Restará inquirir se o número de assinantes da «G. L.» é, no plano quantitativo, espelho do que ocorria por essa época, no exterior, no que toca à vida dos periódicos locais. Sabe-se que, em Inglaterra, o «Spectator» duplica a sua tiragem entre 1753 e 1755, e na França o «Mercure» vende-se já em 26 cidades, em 1748. No vizinho ibérico — informa-nos Norman Hampson — a revista mais importante, «Espíritu de los majores diarios» tem 765 assinantes, em 1788, cifra que, comparativamente ao transcurso temporal e espacial, não obscurece os méritos da gazeta portuense. Efectivamente, o fenómeno leitura vai substituindo a informação oral, a memória popular rotineira¹⁸.

3. Os textos

3.1. *Áreas de conhecimento*

No recenseamento das matérias ou temas abordados na «G. L.» distinguimos dois grupos de análise: «recensão crítica» e «registos/notícias», o primeiro com 12 áreas e o segundo com 10. As excepções, pela ausência, neste segundo grupo são a Religião e a Guerra, esta merecendo comentários exaustivos por parte do redactor e ocupando o quinto lugar no escalonamento quantitativo representado (cf. gráfico 3).

Uma simples observação permite-nos verificar o peso relativo de duas áreas — Ciências Naturais e Literatura — face a outras participações das quais avultam a História, a Política e a Medicina. Se volvermos os

¹⁷ Oliveira Marques, A. H. de, op. cit., *passim*.

¹⁸ Hampson, Norman, pág. 120.

olhos para o gráfico 4, de novo se evidencia a superioridade temática das ciências da Natureza e da Medicina, graças à larga representação das «memórias» e «anais» das sociedades e academias europeias no grupo dos «registos/notícias. Um pouco distante, mas destacada face às demais, avulta novamente a Medicina, confirmando-se o pendor mais informativo, ausente de crítica que a novidade impunha» para satisfação do que prometemos ao comum dos nossos leitores»¹⁹.

Feito o somatório dos dois tipos de informação não é difícil aceitar que a tríade Ciências Naturais-Literatura-Medicina leva alguma vantagem face à História, à Política e à Guerra escalonadas com curtos intervalos.

O quadro 1 procura figurar o contributo global de cada país para a constituição desta amostragem disciplinar, permitindo além disso, a projecção geográfica da mesma análise com a prestação específica de cada país. Assim, vemos a Política 100% nas mãos da Irlanda, o mesmo sucedendo com a Medicina na Prússia; o contingente de 35% da Literatura fornecido por Portugal e os 100% de Ciências Naturais pela Rússia; o quase absolutismo das Ciências Naturais — 96% — provenientes da Suécia e a divisão meridiana entre as mesmas ciências e a Literatura no exemplo da Suíça; a repartição equilibrada das diferentes matérias nas representações dos países reformados, acompanhados pela Itália.

Isto é: se se desenham hegemonias disciplinares num ou noutro país, de igual modo há uma distribuição equânime das áreas abordadas na maior parte das intervenções nacionais. Seria necessário cruzar esta imagem com a de outros espécimes, por forma a inventariar opções científicas e correspondentes veículos impressos (livros, gazetas, memórias, etc.) em termos diacrónicos mais representativos.

Se regressarmos aos nossos gráficos reconheceremos neles alguns dos traços da evolução dos homólogos franceses da «G. L.», mormente no que toca ao ímpeto das Ciências da Natureza — onde integramos a Física, a Química, a Botânica, a Biologia, etc. — da Medicina, da História, por exemplo. Permanece na publicação portuguesa, especialmente na área da intervenção crítica, a ênfase na Literatura (englobando Poesia, Gramática, Retórica, etc.) ao passo que, no registo passivo, a nota dominante continua a ser das Ciências Naturais e da Medicina.

Por outro lado, no capítulo das Artes Mecânicas, por exemplo, ressentem-se a gazeta portuguesa da síndrome que afecta as relações entre a ciência e progresso técnico, na maior parte do século XVIII. Esse

¹⁹ «G. L.», Maio 1762, pág. 24.

divórcio vive-se fundamentalmente ao nível das Academias onde os sábios não visam a aplicação prática das suas propostas. Assim, «as invenções vêm o mais frequentemente de amadores e práticos», recorda Albert Soboul que cita o facto de Denis Papin ter visto rejeitada a sua máquina em 1708 e de, somente em 1761 — curiosa coincidência — ter sido publicado pela Academia das Ciências francesa o volume «Descrição das Artes e Ofícios»²⁰. De resto, será na Inglaterra que, a reboque dos meios industriais, se irá fazendo a conciliação entre teoria e prática, ciência e tecnologia, desiderato que a «Enciclopédia», em França, ainda não concretizara. Da liderança britânica nos dá conta Bernardo de Lima, em breve e indirecta alusão, ao reproduzir a síntese do volume n.º 51, de 1759, das «Philosophical Transactions», editadas pela «Royal Society» londrina. Aí se sublinha que à referida sociedade «se deve um grande número de descobrimentos sobre todas as ciências e artes úteis»²¹. De qualquer forma, os estatismos vão-se diluindo e a década de 60 do século XVIII irá assistir à multiplicação dos inventos, mesmo em França, destacando-se como grande difusor e consumidor o exército, com destaque para a artilharia e para a engenharia que se autonomiza. Nestes moldes, a breve existência da «G. L.» insere-se num tempo de charneira, de acontecimentos marcantes.

O retrato da gazeta portuense será aqui análogo ao de uma «imagem» fugaz como que contraposta a um «filme» de média duração — o do «Journal» e das «Mémoires» referidas por P. Chaunu. Será mais um ponto de chegada de um mesmo percurso, marcado pela interrogação que já colocáramos: a de uma reacção, em diferido, da intelectualidade portuguesa face às novas solicitações do conhecimento e que se traduz na eleição de algumas áreas em conflito e na resistência, entre flutuações, de outras.

3.2. *As ideias: linhas de força no espaço e no tempo português e europeu*

Aludimos, antes, à identidade entre o programa editorial de Bernardo Lima e o das reformas do ensino elaboradas no consulado pombalino. Não era novidade, na Europa «iluminada» a existência destes laços que prolongavam, ao nível dos veículos escritos, a ligação umbilical entre alguns soberanos e filósofos, aproximação essa que,

²⁰ Soboul, A., op. cit., pág. 499-500.

²¹ «G. L.», 17640 pág. 19-28.

relativamente a luminares como Frederico II, Montesquieu, Voltaire, por exemplo, se fazia sob os auspícios da Maçonaria. O tema não é pacífico já que também envolve os próprios fundamentos da «Enciclopédia», aceitando alguns autores que a fraternidade maçónica tivesse surgido no século XVIII como «uma associação de espírito racionalista e de inspiração humanitária, igualmente herdeira de um espírito místico cristão primitivo, plasmado em certos ritos...»²².

Nesta confluência situa-se, pois, o dirigismo intelectual que se afirmara nos vários quadrantes europeus: em França, com Luís XIV, o mecenato real passara a privado quando os grandes aristocratas e burgueses se interessaram pelas Letras. Se há males que vêm por bem, este será um deles: pela sua pena, os escritores asseguram a sobrevivência pessoal e social, assumindo, em simultâneo, as funções de publicistas ou novelistas, com uma missão exclusiva — publicar. «O homem de letras é um guia, um educador do gosto, intérprete do pensamento» — regista A. Soboul²³.

Assim transformados, eleitos à categoria de formadores de opinião, «as gentes do espírito governam porque a longo prazo eles formam a opinião pública que, mais tarde ou mais cedo, subjuga ou reinverte toda a espécie de despotismo», observava, com optimismo, o visionário Duclos nas suas «Considerations»¹⁷⁵⁰, slogan repetido por Argenon no seu jornal de 1752: «a opinião governa o mundo»²⁴. As élites dominantes não se teriam ainda apercebido das potencialidades deste «quarto poder» — em gestação?

Repare-se como as querelas religiosas do «grande século» esgrimem já com o arsenal da comunicação escrita. O caso das «Nouvelles ecclésiastiques», periódico francês fundado em 1728, constitui um exemplo de combatividade durante os 75 anos em que foi, semana a semana, o órgão do partido jansenista: «dispunha de uma rede de correspondentes e vendia-se nas províncias mais afastadas e até em países estrangeiros, tendo conseguido ganhar adeptos em todos os extractos populacionais», apesar da oposição tenaz que lhe foi movida, desde meados do mesmo século, pelas «Mémoires de Trévoux» em prol da apologética católica²⁵.

No caso da «G. L., todavia, a sua função de «tribuna» não serve para potencializar uma opinião colectiva, invocadora de direitos de

²² Benimeli, José A. Ferrer, «El francmason: hombre de la Ilustracion?», in *Revista da História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1987, vol. 9, pág. 397 e seg.

²³ Soboul, A., op. cit., pág. 400.

²⁴ Idem.

²⁵ Soboul, A., op. cit., pág. 419.

participação no plano civil, nem proselitismo confessional, mobilizador de consciências, já anunciados nas referidas gazetas francesas. Antes, confina-se a uma opinião circunloquial, típica dos cenáculos literários coevos. Desta epistolografia, dois dos três correspondentes são ingleses, assinantes da gazeta e o restante um autor, o padre António Álvares, da Congregação do Oratório. É assim uma voz forjada no interior do círculo de acção da gazeta, maioritariamente por obra daqueles estrangeiros e estrangeirados que, de acordo com Silva Dias, interpretam «a luta intensa entre o elemento cosmopolita e o elemento sedentário da nação»²⁶.

Uma resenha destas «opiniões de leitores», introduzidas na publicação a descontento dos detractores de Bernardo de Lima, como veremos, assinala esse espírito de «ilustração» epistolar. Richard Tremlet, escreve de Exeter, na Inglaterra, e oferece os seus préstimos ao redactor, visando «poder servir de lustre para desterrar o falso carácter que quase todas as nações formam da literatura portuguesa e da vossa nação em geral». Repudia aquele assinante, ao cabo de uma viagem pela Europa, que «Portugal não é, ao invés do que pensam os estrangeiros, a verdadeira habitação Superstição e da Ignorância». Reconhece, porém, Tremlet que a culpa seria dos «escritores compatriotas» de Lima, que «por falta de luzes suficientes» contribuía para o demérito que pesava na opinião externa sobre o nosso país.

Por seu turno, Thomas Delany, professor régio de língua grega, preocupa-se com os modelos clássicos da eloquência e oratória religiosas, além da poesia, contra o que designa por «estilo português, jejuno, trivial, subtil peculiar». Invoca Cícero e Demóstenes para sublinhar os cuidados a ter com a arte da retórica, já que a «aplicação artificiosa e figurativa das palavras (...) apenas leva a insinuar ideias erróneas, como ver paixões e desviar o juízo (...)». Mas, «graças ao nosso Augusto Mecenas com as demais nações não estará Portugal encasquetado com tão despropositada opinião»²⁷.

Finalmente, a intervenção lusa a cargo do oratoriano António Álvares que solicita a Bernardo de Lima a descoberta de «outros defeitos e erros» na sua prosa. Quanto a nós, este é o momento capital que pesará no futuro da publicação, ao menos nas suas condicionantes internas, porque nesta sequência epistolar — réplica e tréplica — podemos vislumbrar, nas entrelinhas, uma acusação ao poder soberano que tudo orienta e determina.

²⁶ Dias, J. Silva, op. cit., pág. 118.

²⁷ «G. L.», Janeiro, 1762, pág. 7-20.

Foi como se o responsável pela gazeta portuense tivesse descoberto que o patrocínio régio, a sobrevivência no nosso pequeno mundo cultural, já não era compensação bastante. Essa «rebelião/desencanto» nada tem de revolucionário, todavia: já o redactor o afirmara antes lembrando que «nunca as guerras literárias fizeram revoluções em Estado algum do mundo»²⁸. António Álvares pede-lhe a crítica e oferece o desagravo: «não admira que V.^a Rev.^a tenha experimentado os perniciosos efeitos de um gosto estragado e de um juízo destituído de sólidos princípios» — escreve aquele autor, augurando que Bernardo de Lima continue a alcançar «a protecção de nosso Soberano que tanto se desvela na utilidade dos seus vassallos e do conde ministro que tanto trabalha em cultivar e aperfeiçoar os portuguezes»²⁹. De facto, a resposta do redactor revela um desalento, ainda que circunscrito ao reino das Letras e aos malefícios, que imputava à censura prévia das obras candidatas ao prelo. Assim, sustenta que pretendia distinguir-se de «alguns dos nossos portuguezes que levados de um génio ardente e altivo (por não dizer outra coisa) que os domina, não sofrem que lhes mostrem os seus erros e descuidos ainda os mais crassos e palpáveis e, muito menos, se atrevem a confessá-los»³⁰.

Parece-nos óbvio que a ruptura estava consumada e os visados reconheceriam facilmente o divórcio iminente: à insubmissão do redactor juntar-se-iam circunstâncias menos favoráveis à expressão das correntes dominantes na «G. L. — caso dos oratorianos, p. ex. — e a conflitualidade latente entre sociedades literárias da época. Se a gazeta do cónego evangelista não sofreu, como outras congéneres, a erosão do embate ente a «opinião pública» e o sistema dominante, não teve, de igual modo, o conforto solidário de um movimento social de cariz transformador. Afinal, cairia «por dentro».

3.3.1 *Oratorianos v. Jesuítas*

Uma das referências obrigatórias na publicação do cónego evangelista é a Congregação do Oratório. Procurando identificar o papel desempenhado por este grupo eclesiástico no movimento reformador da cultura setecentista, seguimos Silva Dias que nos esclarece «não ser o Oratório uma ordem mas uma sociedade de padres directamente sujeita

²⁸ Ibidem, Junho, 1762, pág. 148.

²⁹ Ibidem, Junho, 1762, pág. 159.

³⁰ Ibidem.

ao Ordinário diocesano e sem compromisso de voto solene». Nas suas fileiras incorporavam-se, geralmente, elementos oriundos da classe média que «tentam fazer uma ponte entre as altas especulações da teologia mística e a ascética da burguesia». O mesmo investigador define-os como «o principal concorrente dos Jesuítas na educação da juventude», conciliando o conservadorismo das ordens religiosas com as novas correntes do pensamento: cartesianismo na filosofia, classicismo na arte, jansenismo na religião, criticismo em quase tudo»³¹. Recuando um pouco no tempo e ao espaço francês, recordamos que o magistério de Malebranche orientou decisivamente o comportamento cultural dos oratorianos. P. Chaunu classifica-os como uma espécie de «direita cartesiana», (a «esquerda» seria espinosista) cuja expressão religiosa, o jansenismo, concretizaria «o mais válido do pensamento católico do século XVII», centrado na Revelação, apoiado sobretudo em Santo Agostinho. O produto final seria uma síntese de cosmologia e teologia «unidos por princípios e pelo método geométrico que instruíam sem discutir».

Por seu turno, Rupert Hall lembra na sua obra «A revolução na Ciência (1500-1750)» o papel destes neo-agostinianos teocêntricos na aplicação dos princípios matemáticos às formulações geométricas de Newton, graças ao qual se dissolveram as resistências do cartesianismo francês face ao autor dos «Principia»³².

Assim, não é difícil estabelecer uma evidente sintonia ideológica, um «triângulo» perfeito, dir-se-ia, entre o espírito concorrencial oratoriano, as orientações de Verney — cujo «Método», no dizer de Silva Dias, «arruinou o dispositivo inaciano» — e a abertura de Bernardo de Lima e da sua gazeta aos ventos inovadores. No entanto, como destaca aquele autor, «a posição dos Congregados interessa mais pela mentalidade que revelam do que propriamente pelas doutrinas que ensinaram», tudo isso «sem perderem de vista a essência do aristotelismo e os imperativos da ortodoxia religiosa»³³.

O redactor da «G. L.» privilegia, de facto, como guias quase absolutos, os mestres do Oratório, no que toca à confrontação comentada de maior expressão nas páginas do periódico. Nelas se alude a nomes como Manuel Álvares, com a sua «História da criação do Mundo» em que Moisés e os filósofos são referências equivalentes e na qual o autor

³¹ Dias, J. Silva, op. cit., pág. 137 e seg.

³² Hall, Rupert, «A revolução na ciência (1500-1750)», Lisboa, Edições 70, 1988, pág. 478.

³³ Dias, J. Silva, op. cit., pág. 155.

pretende erigir «um sistema alternativo ao de Newton, fundado no movimento rápido de rotação que o Criador deu àquela massa informe e rude que criou no princípio do tempo»³⁴; o já citado António Álvares, autor da «Ortografia da Língua Latina», cujas cartas ao editor da gazeta despertaram o sentido de independência de Bernardo de Lima; finalmente, porventura o mais cotado oratoriano da época, Teodoro de Almeida.

A participação dos oratorianos no conteúdo da «G. L.» não se reduz à recensão das obras de que são autores. De igual modo, há obras estrangeiras que chegam às mãos do redactor por envio directo dos padres congregados, ou recebem ainda o seu elogioso «imprimatur». É o caso da «*Colecção académica composta de memórias...*» cujo 4.º volume, relativo a 1755, resenha um alargado leque de actas científicas traduzidas em francês «por uma sociedade de homens de letras»: Lima escreve, a propósito, que «a obra nos foi mandada pelo padre Manuel Álvares, da Congregação do Oratório, do Porto»³⁵. O mesmo ocorre com a apresentação de uma obra do cirurgião Francisco José Brandão sobre a circulação do sangue, destinada a «principiantes» e que recebe os elogios do padre Prepósito, oratoriano portuense, «cujo voto, decisivo em matérias de literatura, deu a esta Instrução...», assinala o redactor³⁶.

De um modo geral, os mestres do Oratório são ecléticos: por exemplo, João Baptista não pertence ainda à escola newtoniana mas, para Silva Dias, foi «o primeiro português a ligar conscientemente a física à matemática», ao aproximar-se de Leibniz e valorizando a experiência e a observação. Pedro Correia Garção, a quem Pombal olhava como «parcial dos padres congregados», observou que «fizeram amanhecer estes grandes homens em Portugal a primeira luz da Filosofia e nos ensinaram os nomes de Halley, Boyle, Locke, Cartésio»³⁷. Todavia, acrescenta o referido árcade, para «muitos ignorantes e cegos de paixões esta filosofia (oratoriana) era herética e nela se ensinaram cousas contra a nossa Santa Fé Católica Romana»³⁸.

³⁴ «G. L.», Junho, 1762, pág. 72.

³⁵ Ibidem, Abril, 1762, pág. 42 e seg.

³⁶ Ibidem, Maio, 1762, pág. 20.

³⁷ Dias, J. Silva, op. cit., pág. 151. Entre as obras que pertenceram à Congregação do Oratório descritas no catálogo existente na Biblioteca da Ajuda, refere o autor as seguintes: «De l'éducation des enfants», 1721, de Locke; «Traité de Morale», 1697, de Malebranche; «Essai de Physique», 1730, de Muschembroeck; «De Mundi Sistemate», 1731, de Newton, (notas N, pág. 272, op cit.).

³⁸ Ibidem, cit. por J. Silva Dias, pág. 156, nota 3.

Vale a pena recordar que o esforço dos oratorianos, em prol da actualização científica, extravasa as fronteiras do país e acolhe-se à sombra das prestigiadas «Philosophical Transactions». Rómulo de Carvalho dedicou-se ao exame da colaboração portuguesa no órgão da «Royal Society» e aporta dados curiosos. Assim, desde a data da fundação daquela sociedade, e até aos finais do século XVIII, contam-se 18 nomes portugueses nos seus registos, metade dos quais se referem a personalidades que desempenharam funções diplomáticas em Inglaterra. Deste modo, ao lado de Sebastião José de Carvalho e Melo, vemos Jacob de Castro Sarmiento, introdutor das concepções de Newton entre nós, José Correia da Serra, João Chevalier e Teodoro de Almeida, estes dois últimos do Oratório.

Conclusão

O fim da gazeta portuense, pode dizer-se, foi dramático. Inesperadamente, Bernardo de Lima reage com veemência a detractores anónimos, a coberto de uma «sociedade composta de pessoas de diversas profissões, cujo chefe parece andar procurando meios de se desacreditar a si próprio com calúnias e censuras».

Reunido em assembleia, diz-nos o redactor, esse grupo acusara a «G. L.» de «erros capitais». Na sua breve resposta a essa sociedade, Bernardo de Lima refuta as alegações que apontavam o facto de a gazeta «não referir todas as obras que se instruem», do essencial da publicação consistir nas traduções dos diários estrangeiros e que «quase tudo o que dizíamos» estava em dois ou três jornais. E, para provar o contrário, o redactor enuncia todos os títulos de órgãos congéneres que alimentavam a sua recensão periódica (cf. quadro 2). Por ele registamos a profusão de fontes literárias e científicas e a reiterada acuidade do cónego «azul» na eleição das novidades. Selecção que, como vimos, teve os seus limites óbvios. Mas não se pode dizer que, à sua maneira e no conforto da sua erudição, o redactor não se esforçasse por dar alguma «luz» aos seus compatriotas. Quando os membros da dita sociedade criticam Bernardo de Lima pelo facto deste publicar cartas de leitores de que duvidam a existência, o redactor exalta-se e contesta que «os diaristas da Europa inserem nos seus diários as cartas que se lhes escrevem sobre assuntos literários. Que lei há que nos proiba o usarmos do mesmo privilégio?»³⁹.

³⁹ Ibidem, pág. 172-173.

A identificação dos detractores resta por fazer. Não faltarão candidatos, desde a Arcádia Lusitana aos Anónimos Ilustrados, dos Esquecidos aos Ocultos, entre tantas outras academias que proliferaram em Portugal desde o início do século XVIII. Contudo, parece não haver dúvidas que, num tempo de contenção/explosão, a «G. L.» foi alvo de pressões combinadas, numa conjuntura hostil, desvanecidos os apoios que inicialmente invocara ao abrigo das «luzes» portuguesas, a cujo programa faltou — nas palavras de A. Coimbra Martins — a marca da tolerância⁴⁰.

Retemos, para concluir, o desabafo do publicista e crítico evangelista, crivado pelas acusações que reputava de injustas: «em lugar de fazer do templo das Letras o da maledicência e da inveja, deviam louvar-nos o termos executado o que prometemos».

⁴⁰ D. H. P., tomo IV, pág. 87-105.

| ÁREAS DE CONHECIMENTO | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------|----------|-----------|----------|----------|-----------|---------|----------|--------|-------|--------|--------|
| Países | Geogra. | Literat. | C. Natur. | História | Medicina | Astronom. | Direito | Religião | Educa. | Guer. | Filos. | Polít. |
| INGLATERRA | 6% | 39% | 22% | | 11% | | 11% | 11% | | | | |
| FRANÇA | 2% | 4% | 32% | 8% | 44% | | 4% | | 4% | 2% | | |
| ITÁLIA | | 14% | 14% | 29% | | | 14% | | 14% | | 14% | |
| ALEMANHA | 10% | 30% | 20% | 10% | | | | | 10% | 20% | | |
| HOLANDA | | | 38% | | 31% | | 8% | 8% | 8% | 8% | | |
| DINAMARCA | 13% | 13% | 31% | 6% | 6% | 19% | 6% | | 6% | | | |
| SUÉCIA | | | | 96% | | | | | | | | 4% |
| RÚSSIA | | | | 100% | | | | | | | | |
| ESPANHA | 33% | | | 33% | | | 33% | | | | | |
| PORTUGAL | | 35% | 11% | 5% | 14% | 3% | | 14% | 8% | 3% | 5% | |
| SUIÇA | | 58% | 58% | | | | | | | | | |
| PRUSSIA | | | | | 100% | | | | | | | |
| IRLANDA | | | | | | | | | | 100% | | |

QUADRO 1

FONTES BIBLIOGRÁFICAS DA «GAZETA LITERÁRIA»

- 1 — Revista do Mês
- 2 — Revista Crítica
- 3 — Revista Imparcial
- 4 — Memórias Fieis dos Livros Novos
- 5 — Registo Anual
- 6 — Diário de Verdun
- 7 — Mercúrio Galante
- 8 — Ano Literário
- 9 — Cartas Hebdomanárias de Berlim
- 10 — Diário dos Doutos
- 11 — Memórias de Trevoux
- 12 — Diário do Comércio
- 13 — Diário Económico
- 14 — Diário de Vandermond
- 15 — História Literária de Itália
- 16 — Ensaio Crítico da Literatura Estrangeira
- 17 — Médico ou Efemérides da Medicina
- 18 — Diário Estrangeiro de Arnaud
- 19 — Diário Enciclopédico de Copenhaga
- 20 — Diário Dinamarquês de Busching
- 21 — Magazine Sueco de Klein
- 22 — Mercúrio Literário da Dinamarca
- 23 — Diário Estrangeiro de Berna
- 24 — Biblioteca Filosófica de Windhern
- 25 — Diário dos Doutos de Hamburgo
- 26 — Cartas sobre os Escritos Modernos
- 27 — Anais Tipográficos
- 28 — Biblioteca Germânica
- 29 — Observador Literário
- 30 — Magazine de Hamburgo
- 31 — Extractos das Obras Modernas
- 32 — Journal des Savants
- 33 — Actas literárias de Leipzig
- 34 — Diário da Soc. Real das Ciências de Goettingen

VALORES/UNIDADES DE SENTIDO
PREÂMBULO DA GAZETA LITERÁRIA

ESTÉTICO/FILOSÓFICO
22,4%

POLÍTICO/SOCIAL
17,1%

TÉCNICO/LITERÁRIO
11,4%

LITERÁRIO/ÉTICO
22,4%

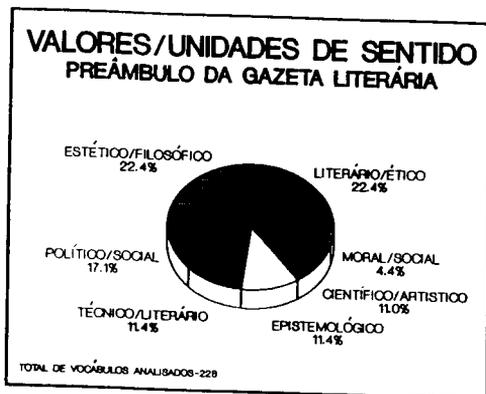
MORAL/SOCIAL
4,4%

CIENTÍFICO/ARTÍSTICO
11,0%

EPISTEMOLÓGICO
11,4%

TOTAL DE VOCÁBULOS ANALISADOS — 228

GRÁFICO 1



ASSINANTES
«CLASSES» SOCIAIS

LETRADOS
18.3%

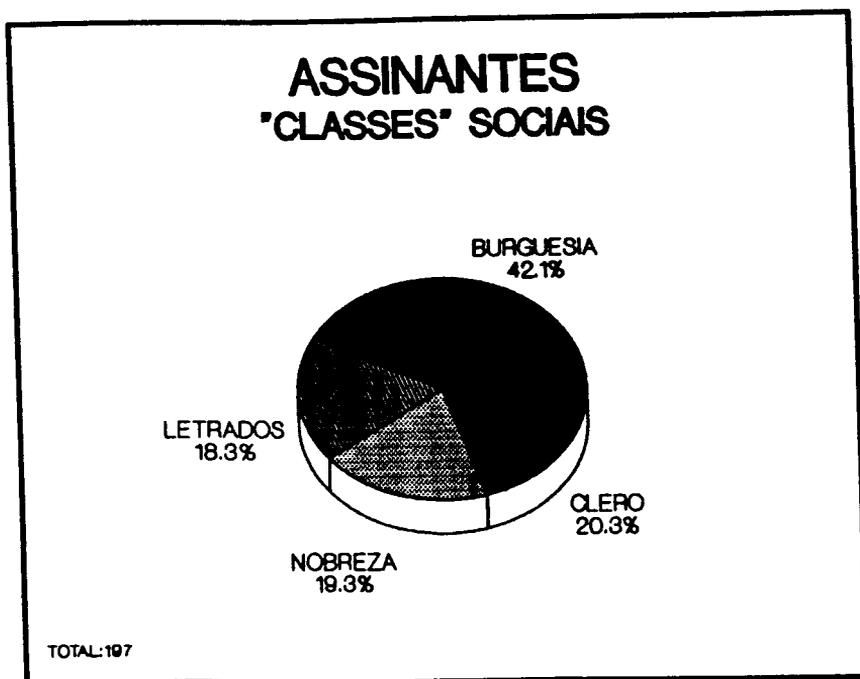
NOBREZA
19.3%

BURGUESIA
42.1%

CLERO
20.3%

TOTAL: 197

GRÁFICO 2



ÁREAS DE CONHECIMENTO

RECENSÃO CRÍTICA

20
15
10
5
0

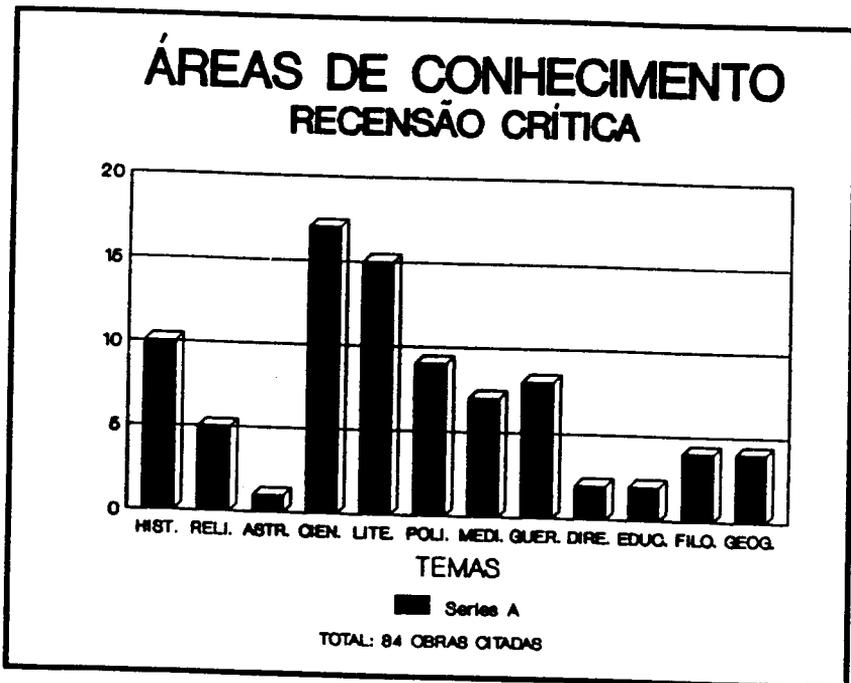
HIST. RELI. ASTR. CIEN. LITE. POLI.
MEDI. GUER. DIRE. EDUC. FILO. GEOG.

TEMAS

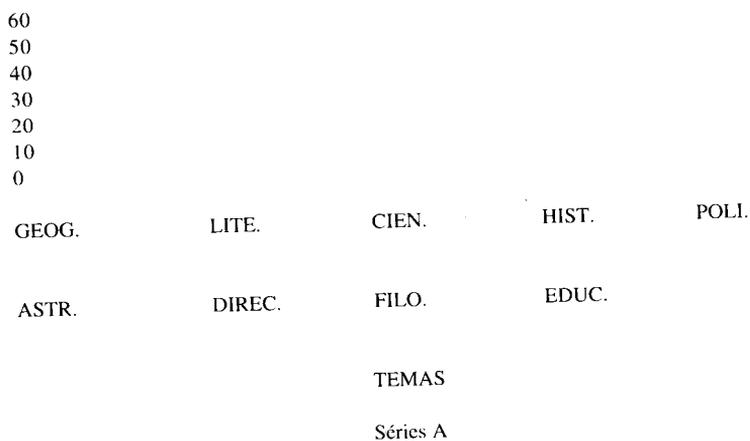
Séries A

TOTAL: 84 OBRAS CITADAS

GRÁFICO 3



**ÁREAS DE CONHECIMENTO
REGISTOS / NOTÍCIAS**



TOTAL DE INFORMAÇÕES: 104

GRÁFICO 4

